

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: Reforma do setor elétrico deve ser encaminhada ao Congresso em 2 semanas](#) 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Vento tem dono?	2
Título: Nota.....	3
Título: Procuradores pedem 30 anos de cadeia para Bendine	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Inundação de reserva afeta produção de Jirau	5
Título: Cade pode barrar união de Liquigás e Ultragaz	7
Título: Conflito na família Steinbruch pode alterar o desenho da CSN	9
Título: Direto da Fonte	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Inatividade da Samarco alimenta incerteza econômica	11
Título: "Uma tragédia como aquela nunca mais vai acontecer"	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Reforma do setor elétrico deve ser encaminhada ao Congresso em 2 semanas	14

Título: Disputa no leilão de março será maior que em 2017, prevê ANP	16
Título: Destaques	17
Título: Guerra judicial amplia mercado secundário no setor elétrico	18
Título: Nova taxa de remuneração sai até fim de fevereiro	20
Título: Cooperativas investem em geração distribuída	22
Título: Curta.....	23
Título: Campo de Mero adiciona volume, mas reservas da Petrobras não sobem	23
Título: Destaques	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Tasso Azevedo

Título: Vento tem dono?

Seria cômico se não fosse trágico. O Congresso se prepara para votar uma PEC que torna os ventos bens da União e permite a cobrança de royalties pelo aproveitamento energético eólico. Obra de um deputado do Piauí, relatada por outro de Pernambuco. Os ilustres representantes do povo estão de olho em um naco das receitas do setor de energia eólica, a fonte que mais cresceu em nossa matriz energética nos últimos anos.

Os argumentos do projeto de emenda constitucional são patéticos, indicando que a medida seria necessária para compensar os municípios, estados e a União pelas perdas do potencial turístico e outras atividades econômicas (sem apresentar uma única evidência para tal afirmação). O que viria depois? Cobrar dos pescadores e velejadores por usar a energia do vento para mover as embarcações?

Cobrar das companhias aéreas, paraquedistas ou até, quem sabe, dos meninos que empinam pipa por se apoiar no vento para voar? Se o Congresso legisla que vento tem dono, então poderia fazer o mesmo com a energia do sol. Daí o próximo passo seria cobrar dos agricultores por usar o sol para produzir alimentos, fibras e energia ou taxar cada residência que tenha aquecimento solar de água ou células fotovoltaicas.

O movimento é ainda mais absurdo quando se considera que o governo propôs, e o Congresso aprovou, no apagar das luzes de 2017, um generoso pacote de centenas de bilhões de reais de renúncia fiscal para o setor de petróleo e gás. Agora, parece querer compensar a perda de arrecadação cobrando pelo vento.

Quando mais precisamos lutar para reduzir emissões de gases de efeito estufa, o Brasil resolve ampliar o desserviço à nossa economia e à saúde do planeta ao incentivar energia fóssil e poluente e desincentivar a energia limpa e renovável. Para o Nordeste, quanto pior. A energia eólica já é a principal fonte de energia da região, provendo mais da metade da demanda de eletricidade.

Traz emprego, renda, investimento e segurança energética para a região. Se ela se tornar menos competitiva, pode perder espaço nos leilões de geração para termelétrica e outros projetos em outras regiões do país. O tiro vai sair pela culatra. Vão matar a galinha dos ovos de ouro.

Se é preciso aumentar a arrecadação sobre o setor de energia, que o façam com uma taxa extra sobre os combustíveis fósseis (por exemplo alterando a Cide), o que seria justificável e alinhado com o compromisso brasileiro para redução de emissões de gases de efeito estufa.

Se, ainda assim, querem ser mais abrangentes, poderiam incluir um prêmio extra no valor da energia (de qualquer fonte), evitando reduzir a competitividade das fontes renováveis. Se o Brasil decidir tomar posse do vento e cobrar royalties pelo seu uso, seria o único país do mundo a fazê-lo. Desta jabuticaba nós, definitivamente, não precisamos.

Tasso Azevedo é engenheiro florestal

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Marcha lenta

A venda total de combustível no Brasil cresceu 0,44%, em 2017 em relação a 2016.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Gustavo Schmitt****Título: Procuradores pedem 30 anos de cadeia para Bendine**

Ex-presidente da Petrobras diz que jamais solicitou ou recebeu propina

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao juiz Sergio Moro a condenação de Aldemir Bendine, expresidente da Petrobras e do Banco do Brasil, a 30 anos de prisão por práticas de corrupção no processo em que é réu no Paraná. Ele responde a acusação de que recebeu R\$ 3 milhões em propina da Odebrecht em troca da facilitação em contratos da empreiteira.

Além do ex-presidente da Petrobras, os procuradores também querem a condenação do empresário Marcelo Odebrecht e do marqueteiro André Gustavo Vieira, além do ex-executivo da empreiteira Fernando Reis e do doleiro Álvaro José Novis. O pedido foi feito pela força-tarefa da Lava-Jato nas alegações finais da ação penal.

Entre os crimes citados pelo MPF estão corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. “Embora pareça, em primeira análise, uma pena rigorosa, ela não é, pois o seu parâmetro, além de tomar em conta a probabilidade de punição, deve ser a pena do homicídio, porque a corrupção de altos valores mata”, diz o coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol no documento que também leva a assinatura de outros 12 procuradores.

No documento, os promotores pediram a absolvição de Antônio Carlos Vieira da Silva Júnior, irmão do marqueteiro André Gustavo Vieira. Este último é apontado pelos procuradores como o operador da propina. Segundo a acusação, André Gustavo articulou o repasse da propina a Bendine com o ex-executivo da Odebrecht Fernando Reis, e Marcelo Odebrecht autorizou os pagamentos.

Marcelo Odebrecht deixou a prisão no final de dezembro e, desde então, cumpre prisão domiciliar em sua casa em São Paulo. O empresário é um dos mais importantes delatores da Operação Lava-Jato. “A prática dos crimes de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes crimes de corrupção ativa e passiva, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida e viabilizar o crime de corrupção”, justifica a força-tarefa.

ALVO DA 42ª FASE DA OPERAÇÃO

Em depoimento ao juiz Sergio Moro, André Gustavo disse ter repassado propina da Odebrecht a Bendine em dinheiro vivo. Ele também relatou ter pagado despesas de uma viagem do ex-presidente da Petrobras e de seus familiares a Nova York. O ex-presidente da Petrobras nega as acusações e se diz vítima de perseguição. Em depoimento a Moro no último dia 16, ele disse que jamais pediu propina.

“Nego veementemente essa situação, jamais solicitei ou autorizei que alguém solicitasse qualquer tipo de vantagem indevida”, afirmou Bendine, que acrescentou: “Jamais estive envolvido em qualquer situação ilícita. As minhas gestões frente ao Banco do Brasil e à Petrobras sempre foram primadas pela transparência”.

Bendine foi preso em julho do ano passado na 42ª fase da Lava- Jato, que investigou um pedido de propina de R\$ 17 milhões, à época em que era presidente do Banco do Brasil, para viabilizar a rolagem de dívida de um financiamento da Odebrecht AgroIndustrial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Inundação de reserva afeta produção de Jirau

Órgão do Meio Ambiente determinou redução do lago da hidrelétrica; usina pode deixar de fornecer 4,1 mil MW de energia ao sistema elétrico

O alagamento de uma reserva ambiental na Amazônia ameaça a operação plena da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, determinou que a concessionária da usina, a Energia Sustentável do Brasil (ESBR), esvazie mais seu reservatório durante o período chuvoso (de dezembro a maio) para evitar novo alagamento do Parque Nacional Mapinguari, em Rondônia.

A área de floresta protegida tem 4.047 hectares. Inconformada, a ESBR recorreu ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão que gerencia as operações do setor.

O Estado teve acesso a uma análise do ONS sobre o impacto da medida determinada pelo ICMBio. Nos cálculos do Operador, a redução da cota imposta ao reservatório de Jirau implicaria na frustração de 4.100 megawatts (MW), energia suficiente para atender 45 milhões de pessoas em um mês.

A hidrelétrica tem capacidade instalada para produzir 3.750 MW de energia por mês – o que daria para abastecer 40 milhões de pessoas –, mas a média mensal, que varia conforme o período de chuvas, é de 2.100 MW. Apesar de a área estar sob embargo, ela segue embaixo d'água.

O impasse foi confirmado pelo diretor de criação e manejo de unidades de conservação do ICMBio, Paulo Carneiro. “De fato estamos com esse imbróglio para resolver. No ano passado aconteceu uma inundação acima do normal e isso gerou muitos danos à unidade de conservação, com morte de parte da floresta e, depois, incêndios”, diz Carneiro.

“Esse dano é resultado da operação da usina, não apenas da chuva. A realidade é que a cota do reservatório tem extrapolado os níveis previstos e entrado no parque.” A concessionária nega. A cota, segundo o diretor-presidente da ESBR, Victor Paranhos, sempre respeitou o limite de 90 metros de altura a partir de sua barragem, conforme previsto no contrato de concessão.

Ocorre que, por causa do grande volume de água no Rio Madeira nesta época do ano, no outro extremo do reservatório a cota chega a atingir 94 metros, avançando sobre a unidade de conservação. “Estão nos pedindo para fazer algo que não estava previsto em edital. Não somos o causador do problema, somos a vítima”, afirma Paranhos.

Reserva.

O executivo diz que o leilão da usina ocorreu em maio de 2008, mas o Parque Nacional do Mapinguari só passou a existir um mês depois, em junho, e ainda assim apenas no Estado do Amazonas. Somente em 2010 a reserva seria ampliada até Rondônia, chegando às bordas do reservatório de Jirau, considerando a exclusão da área prevista para alagamento.

Em 2012, houve nova definição de área, incluindo os “efeitos de remanso” de Jirau – o sobe e desce de seu lago. No entendimento do ICMBio, a ESBR não estaria respeitado esses limites. “A discussão sobre a área atingida acontece até hoje. Não há concordância sobre a área inundada”, diz Carneiro.

No ano passado, o órgão multou a concessionária em R\$ 48,5 milhões por causa do alagamento. A empresa recorreu administrativamente, perdeu na primeira instância, em Porto Velho, e aguarda definição em segunda instância no ICMBio, em Brasília. “Você só pode multar alguém se ele é causador do problema.

Não tem porque sermos multados. Esse embargo deve ser suspenso”, afirma Paranhos. O caso será tema de reunião em Brasília, prevista para amanhã, na sede do ICMBio. O Parque Nacional Mapinguari ocupa 1,776 milhão de hectares. Em 2012, foi reduzido em 8.470 hectares nas áreas próximas dos

reservatórios das hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, nas proximidades de Porto Velho, para evitar sobreposição das usinas com a floresta protegida.

A ESBR apresentou estudos para afirmar que a redução de cota do reservatório poderia trazer riscos à estrutura da barragem da usina. Os relatórios foram apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que afirmou haver “informações conclusivas quanto aos impactos à segurança de barragem face às condições operativas do reservatório avaliadas”.

Os riscos estão atrelados ao volume de madeira que, no período de cheias, desce pelo rio. Não é por caso que o Rio Madeira tem esse nome. A força das águas arranca troncos das margens. Em um único dia de dezembro de 2017, 29 mil troncos de árvores passaram pela estrutura criada pela usina para o descarregamento desse material, o chamado “vertedouro de troncos”.

Embate.

Quando o ICMBIO multou a empresa no ano passado ainda não tinha conhecimento dos eventuais riscos que a redução de cota no período de cheia poderia trazer à estrutura da usina. A situação criou um embate entre órgãos federais. Ao acatar os argumentos da concessionária, a Aneel fragiliza a manutenção do embargo imposto pelo Chico Mendes, como reconhece Carneiro.

“O embargo está mantido, mas é possível que seja revisto. Se a situação coloca em risco a segurança da barragem, teremos que estudar outra opção. Vamos nos reunir com a Agência Nacional de Águas (ANA) e talvez tenhamos que redefinir a área do parque.”

O diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, diz que a frustração de 4.100 megawatts mexeria com todo o planejamento do setor. “Essa situação significaria não só prejuízo para o empreendedor, mas a falta de energia para o sistema.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / Karin Sato

Título: Cade pode barrar união de Liqueficação e Ultraz

Venda da subsidiária de gás, por R\$ 2,8 bilhões, faz parte do plano de desinvestimentos da Petrobrás.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deverá iniciar 2018 reprovando ou exigindo a venda de ativos para aprovar fusões apresentadas ao órgão. Estão sendo negociados acordos entre empresas e o conselho em quatro operações, e a tendência é que pelo menos uma delas seja barrada: a compra da Liquigás, da Petrobrás, pela Ultragaz.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, dois conselheiros tentam viabilizar para aprovar a operação, mas a maioria do conselho estaria contra. O Cade aguarda ainda uma oferta “mais robusta” das empresas para chegar a um acordo no processo que analisa a compra da Votorantim Siderúrgica pela ArcelorMittal. As duas operações deverão ir a julgamento em 7 de fevereiro.

O órgão tem até a primeira sessão do mês de março, no dia 14, para julgar ainda compra da Bayer pela Monsanto, e até o fim daquele mês para decidir sobre a compra da Itaú pela XP. Neste último caso, porém, ainda há a possibilidade de prorrogar a data por 90 dias.

A operação Ultragaz/Liquigás, de R\$ 2,8 bilhões, faz parte do plano de desinvestimentos da Petrobrás e une as duas líderes do mercado de GLP. O acordo negociado pela conselheira Cristiane Alkmin prevê o compartilhamento de bases de operação e a venda de marcas secundárias, como Tropigás e Novogás.

Uma segunda opção aventada é vender a marca Liquigás. No entanto, uma regra da Agência Nacional do Petróleo (ANP) impede que uma empresa use o botijão de outra concorrente – o que pode inviabilizar a venda de marcas, pois isso exigiria a recompra de milhões de botijões pelo País.

Seria caro e demorado entregar os botijões com a grafia da empresa vendida para quem comprar uma fatia do negócio. Por isso, tanto a relatora quanto outros conselheiros estariam preocupados com a viabilidade de aplicar “remédios” para a operação.

“Entendemos que remédios não são factíveis, e o caminho deve ser a reprovação”, disse o advogado Ricardo Lara Gailard, representante da Copagaz, concorrente que se pronunciou no processo. ArcelorMittal e Votorantim disseram que continuam colaborando com o Cade. A Bayer e a Monsanto disseram que esperam a aprovação o mais breve possível. Itaú, XP, Ultragaz e Liquigás não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: Conflito na família Steinbruch pode alterar o desenho da CSN****Disputa.**

Com o apoio dos irmãos, Benjamin Steinbruch elevou o tom da briga societária; agora, ele busca destituir os primos Clarice e Léo Steinbruch do bloco de controle dos negócios e questiona validade do acordo de acionistas, em vigor há mais de 20 anos

Os herdeiros da família Steinbruch, dona da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), devem dar início a uma longa disputa societária que poderá mudar o desenho acionário de uma das maiores siderúrgicas do País. A briga se dá na Vicunha, que controla a CSN e outros negócios da família.

Os irmãos Benjamin, Ricardo e Elisabeth Steinbruch – representados pela holding Rio Purus – entraram em rota de colisão com os primos Clarice e Léo Steinbruch, da CFL Participações, segundo apurou o ‘Estado’.

Benjamin Steinbruch, com o apoio dos irmãos, quer destituir os primos do bloco de controle da Vicunha Steel S/A, controladora indireta da CSN, e não estaria mais disposto a reconhecer o acordo de acionistas do grupo, que está em vigor desde 1994.

A siderúrgica dos Steinbruch tem como principal acionista a Vicunha Aços, que detém 50,3% do capital votante da CSN. Por sua vez, a Vicunha Aços é 100% controlada pela Vicunha Steel, que tem dois sócios: a Rio Purus, com 60%, e a CFL, com os 40% restantes. Os dois ramos da família são os maiores acionistas da siderúrgica e da Vicunha Têxtil.

São donos também de diversos imóveis e do Banco Fibra. Os conflitos entre as duas alas da família, agora escancarados, vêm de longa data. Foi na assembleia geral extraordinária do dia 9 de janeiro que os Steinbruch se desentenderam de vez.

“Benjamin disse não reconhecer mais o acordo de acionistas do grupo e não aceitou as indicações para o conselho feitas por Clarice”, disse Ricardo Tepedino, da Tepedino Advogados, que representa a CFL. “Tentamos um acordo e estamos estudando quais medidas tomaremos para contestar essa posição.”

Na assembleia, a CFL registrou em ata, à qual o Estado teve acesso, que Clarice não renunciou ao cargo, como diz a Rio Purus, e relatou “ato de truculência” da sócia. Discórdia. O conglomerado, que inclui a CSN e a Vicunha, foi criado nos anos 1960 pelos irmãos Mendel (pai de Benjamin, Ricardo e Elisabeth), que faleceu em 1993, e Eliezer (pai de Clarice e Léo). Os Steinbruch foram sócios do empresário Jacks Rabinovich, que se desfez de sua participação em 2005.

Os desentendimentos entre os atuais herdeiros dos Steinbruch ganharam força com a morte de Eliezer, em 2008. O acordo de acionistas da família Steinbruch foi firmado em 1994, após a morte de Mendel. Mesmo com fatias societárias diferentes, os herdeiros da família Steinbruch teriam o mesmo peso nas decisões dos negócios.

Mas, segundo fontes, Benjamin costuma centralizar as principais decisões da companhia. Nos últimos anos, os primos tentaram dar início a um processo de desmembramento das empresas. Os filhos de Eliezer, segundo fontes, estariam dispostos a sair dos negócios, mas há impasse sobre quanto valeria hoje sua participação.

O valor de mercado da CSN fechou ontem em R\$ 14,697 bilhões. A fatia da CFL na CSN valeria quase R\$ 3 bilhões, fora participações diretas da holding no negócio. Procurados, a CSN e a advogada Luciana Ryan, do escritório Mattos Filho, que assessora a Rio Purus, não comentaram.

O advogado Luiz Corvo, que assessora os Steinbruch, também não se manifestou. O Estado procurou o advogado especialista em disputa societária Modesto Carvalhosa, que trabalhou para a Rio Purus, mas ele também não quis dar entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Haja gás

Olhos na venda da Liquigás para a Ultragaz – a operação está em análise no Cade e deve ser votada dia 7. Pelo que se apurou, mesmo que o Cade não aprove, a Petrobrás não sairá de mãos vazias. A estatal se resguardou no contrato fixando multa de 10% caso a transação não fosse em frente – um breakup fee de R\$ 280 milhões. O habitual é 5%, o que mostra que a estatal já farejava possibilidade de revés. Mas ela quer – e esta fazendo de tudo – para que a compra se concretize.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Jaqueline Mendes**Título:** Inatividade da Samarco alimenta incerteza econômica

São Paulo — Quem já esteve em Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, ou em Anchieta e Guarapari, no Espírito Santo, antes e depois de novembro de 2015, facilmente perceberá que todas essas cidades estão mais pobres. Os buracos tomaram conta das principais ruas e avenidas, a iluminação noturna já não mostra os ricos detalhes da arquitetura barroca, nem as belezas do litoral capixaba, e a limpeza urbana é precária em locais que deveriam estar cheios de turistas. Dentro de hospitais e escolas, o sucateamento salta aos olhos, relembrando a realidade vivida por centenas de municípios nordestinos castigados pela seca.

Quanto mais o tempo passa, mais a situação se agrava. Desde o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, operada pela mineradora Samarco, as economias locais e as finanças públicas afundam em problemas. “A Samarco está em Mariana há quase meio século, período em que criou no município uma relação de dependência com os recursos gerados pela empresa”, diz o prefeito da cidade, Duarte Júnior (PPS). “A volta das operações da Samarco não é uma questão de concordar ou discordar dela, é uma questão de sustentabilidade financeira dos municípios.”

A partir deste ano, as dificuldades tendem a crescer. Como o repasse de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercados e Serviços) dos governos estaduais aos municípios tem um “delay” de dois anos, em 2018, as cidades mineiras e capixabas receberão parte do imposto arrecadado em 2016, primeiro ano de inatividade completa da Samarco. Ou seja, o que está ruim vai ficar pior. “Infelizmente, é grave a condição financeira e econômica de todas as regiões em que temos operações paralisadas”, disse aos Diários Associados o presidente da Samarco, Roberto Carvalho. “Temos percebido que a população e as autoridades apoiam a retomada das nossas atividades.”

O apoio se justifica. A paralisação da Samarco traz imensas dificuldades. Estudo encomendado à Tendências Consultoria pela australiana BHP Billiton — sócia da Samarco ao lado da Vale, cada uma com 50% — comprova que a inatividade da empresa só deteriora a situação fiscal de Minas Gerais, do Espírito Santo e, em última instância, do Brasil. A perda de receitas, que chegou a R\$ 8,3 bilhões nos primeiros 12 meses de máquinas paradas, poderá alcançar a cifra de R\$ 46,7 bilhões em 10 anos. No quesito emprego, o estrago é devastador: 4 mil vagas a menos entre os capixabas, 14,5 mil em território mineiro e mais de 19 mil em todo o país. Em arrecadação de impostos, o prejuízo pode alcançar R\$ 10

bilhões em uma década.

“As maiores vítimas da inatividade da Samarco são os municípios pequenos, como Mariana e Ouro Preto, que dependem do dinheiro pago pela mineradora em impostos para custear o básico em saúde, educação e segurança”, afirma Eric Brasil, coordenador técnico da Tendências e um dos autores do estudo. “Ao contrário de outras catástrofes, como acidentes aéreos e incêndios, que geram impacto econômico apenas imediato, o rompimento da barragem da Samarco não vai parar de gerar estragos enquanto a empresa ficar sem operar.”

O reinício da Samarco, porém, não parece estar distante. Na semana passada, circularam rumores de que a BHP Billiton estaria vendendo sua parte na Samarco para a Vale, o que faria parte do plano de recuperação da empresa. Os envolvidos não comentaram a informação. De concreto, o Conselho de Política Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) aprovou em dezembro as licenças do Sistema de Disposição de Rejeito Cava de Alegria Sul. Com isso, em uma explicação simplificada, o Complexo de Germano, da Samarco, depositará seus resíduos em grandes valas, aposentando o sistema de barragens.

O obstáculo continua sendo o embate jurídico com o município de Santa Bárbara, que condicionou a liberação de seu Termo de Conformidade, documento essencial para o reinício das atividades, à instalação de uma estação de tratamento de esgoto da cidade, paga pela Samarco. “Eu jamais poderia fazer isso. Seria como comprar uma licença, algo que está fora das nossas regras de compliance”, justificou o presidente da Samarco. Procurada, a Prefeitura de Santa Bárbara não retornou à reportagem.

Reconstrução

Os processos e as longas negociações com representantes dos municípios continuam. A Samarco mantém o auxílio às 291 famílias que foram afetadas pelo rompimento. Todas moram em casas alugadas, enquanto aguardam a reconstrução de suas comunidades. Como parte do acordo, a Samarco distribuiu 7.901 cartões de auxílio financeiro aos impactados em Minas Gerais e no Espírito Santo, com mensalidade de R\$ 1,2 mil a R\$ 1,5 mil. Desde o final de 2016, as iniciativas socioeconômicas e socioambientais estão sob gestão da Fundação Renova. “Não existe limite para os gastos. Estamos amparando financeiramente todos que, de alguma forma, foram prejudicados”, garantiu o diretor executivo da entidade, Marcelo Figueiredo.

A Samarco protagonizou a maior catástrofe ambiental da história do Brasil. O rompimento de sua barragem despejou mais de 34 milhões de metros cúbicos de lama na natureza e deixou um rastro de destruição de 663,2 quilômetros,

entre Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo. Dezenove pessoas morreram, sendo 14 trabalhadores da barragem e cinco moradores do distrito de Bento Rodrigues — uma tragédia que não tem volta. Por outro lado, sua inatividade mergulha a produção econômica em clima de total incerteza.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Jaqueline Mendes

Título: "Uma tragédia como aquela nunca mais vai acontecer"

Quais são os argumentos que sustentam a ideia de que a Samarco deve voltar a produzir?

Nas últimas audiências públicas que tivemos, em dezembro de 2017, notamos claramente que a população mineira aceita e apoia a volta das operações da Samarco. Tivemos a aprovação por 11 votos favoráveis e um contra. É claro que não é uma volta a qualquer custo. Nós estamos garantindo a todos que uma tragédia como aquela nunca mais voltará a acontecer. A proposta que apresentamos é robusta e viável.

Esse apoio popular é sinal de que a população está sofrendo com a paralisação da empresa?

Com certeza. Todos estão sofrendo. Sabemos que o impacto econômico é grande e afeta o emprego e os serviços essenciais, como saúde e educação. No final do ano passado, tivemos que reduzir nosso quadro de funcionários em 600 pessoas. Metade saiu em um Programa de Demissão Voluntária. A outra metade tivemos que dispensar. Quanto mais o tempo passa, mais aumentam as dificuldades. E, se a gente não voltar logo, a situação vai piorar.

Quando a empresa vai voltar a operar?

Continuo otimista e acho que a retomada está cada vez mais próxima. Não vou arriscar uma data porque já fiz isso várias vezes e não quero queimar a língua. Mas, do ponto de vista técnico, estamos prontos. Quando voltarmos a operar, será com 26% da capacidade, com a produção de 8 milhões de toneladas por ano. O aumento da produção será gradual.

As condições mais favoráveis ao mercado de minério de ferro aumentam a pressão sobre a empresa?

Com certeza. Quando se fala em avaliação econômica, levamos em conta volume e preço. Como a China decidiu reduzir sua produção na região de Pequim, com o objetivo de diminuir a poluição, aumentou a demanda mundial.

Em que aspecto a nova Samarco será diferente da Samarco pré-acidente?

Aprendemos muito com tudo isso. Seremos muito mais seguros.

Até quando a Vale e a BHP vão bancar a Samarco?

As duas estão demonstrando total apoio para a Samarco.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Rafael Bitencourt | Do Rio, São Paulo e Brasília****Título: Reforma do setor elétrico deve ser encaminhada ao Congresso em 2 semanas**

O governo está trabalhando nos últimos ajustes do texto da reforma do setor elétrico, que pretende encaminhar ao Congresso em até duas semanas. O **Valor** apurou que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** prevê concluir e encaminhar o conteúdo à Casa Civil no fim desta semana. O texto pode ser apresentado em um projeto de lei (PL) proposto pelo Executivo, ou na forma de um substitutivo de um PL, de autoria do deputado Fabio Garcia (sem partido-MT), que já está tramitando na Câmara.

Neste momento, os técnicos do ministério trabalham no "ajuste fino" da proposta de mudança que vem sendo debatida desde o ano passado, quando o governo abriu a consulta pública para discutir o assunto. A iniciativa é considerada pelo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, tão importante quanto a decisão de privatizar a Eletrobras. As duas medidas, que dependem da aprovação do Congresso, são encaradas como indispensáveis para o mercado acompanhar a evolução do setor.

"Não se trata de questão ideológica, mas de reconhecimento de que o modelo atual se esgotou, por ser fortemente baseado em pedidos de socorro ao governo, financiamento estatal e repasses de custos ao consumidor", disse uma fonte do ministério

O **Valor** apurou que o governo deve manter as linhas gerais da nota técnica preparada pelo ministério em julho de 2017, acatando parte das contribuições feitas pelo mercado no ano passado. O texto deverá conter uma proposta de solução para o risco hidrológico (medido pelo GSF, na sigla em inglês), uma antecipação da abertura parcial do mercado livre de energia e aperfeiçoamentos na liquidação do mercado à vista, além pontos como a aplicação de tarifas horárias e melhoria do sinal locacional e de preço de cada fonte de energia.

O plano do governo era encaminhar o texto da reforma ao Congresso após a apresentação do projeto de lei de privatização da Eletrobras, o que ocorreu na semana passada, e também depois da publicação da MP que trataria da

repactuação do risco hidrológico. A MP 814 saiu no fim do ano passado, porém sem incluir uma proposta de acordo para acabar com a judicialização em torno do GSF.

Se, por um lado, a ausência da repactuação do risco hidrológico na MP preocupou o setor elétrico, devido ao valor em aberto de R\$ 6 bilhões no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por outro lado o PL da reforma terá a oportunidade de equacionar esse problema, evitando novas perdas a partir deste ano.

"Nossa expectativa é que o PL inclua a solução para o GSF. Nos frustramos um pouco com a retirada da solução do GSF da MP 814", afirmou o diretor de uma grande empresa privada de energia, em condição de anonimato. "É importante resolver o incêndio para fazer a reforma", disse o executivo de outra empresa do setor, com relação ao impasse do GSF dos últimos anos.

"Temos uma expectativa grande de equacionamento de algumas questões pendentes que estão travando o setor elétrico. Um desses pontos é a questão do GSF, que deu origem a um travamento no mercado que chegou a um ponto em que se tornou insustentável. A cada mês, são bilhões e bilhões que deixam de ser liquidados na CCEE por força dessa indefinição", disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Com relação à abertura do mercado livre, a equipe de energia do governo vem trabalhando em uma antecipação do prazo para a abertura gradual do mercado, no âmbito da reforma. A nota técnica previa a redução gradual do limite mínimo de carga para migração para o mercado livre, por patamares, dos atuais 3 megawatts (MW) para 75 quilowatts (kW) em 2028. A ideia é antecipar esse prazo para 2026. Também era prevista inicialmente a abertura até o patamar de 2 MW, em 2020. Esse limite deve recuar para 1 MW, no mesmo ano.

Já o mercado à vista de energia deve sofrer mudanças com a redução dos prazos das operações de compra e venda e a realização de liquidações com maior frequência. O governo avalia que também pode ser encurtado o prazo entre o pagamento e o consumo da energia negociada.

O governo também estuda incluir no texto da reforma um item que determina que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desenvolva estudos sobre os efeitos de uma eventual abertura total do mercado, incluindo consumidores residenciais.

Segundo projeções da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), a abertura parcial do mercado livre até 2028 permitiria a migração de cerca de 24 mil empresas, com potencial de redução de custos de

R\$ 2 bilhões por ano, em relação à tarifa do mercado regulado, uma economia média de 15%.

"Muito mais importante do que a privatização da Eletrobras é a mudança do modelo comercial de energia elétrica", disse o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros. "A reforma do setor tem menos polêmica que a privatização da Eletrobras e traz mais benefícios", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Disputa no leilão de março será maior que em 2017, prevê ANP

A concorrência pelas áreas da 15ª rodada de blocos exploratórios, em março, promete ser maior que a registrada na 14ª rodada, de 2017, avalia a superintendente de definição de blocos da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Eliane Petersohn. Segundo ela, o 'cardápio' de ativos incluídos no leilão deste ano é melhor do que o do ano passado, que contou com 20 empresas participantes.

Como ocorreu na 14ª rodada, quando foram ofertados blocos com potencial para o pré-sal, em águas ultraprofundas da Bacia de Campos, o leilão deste ano também oferecerá áreas que margeiam o polígono do pré-sal e têm potencial para descobertas abaixo da camada do sal, nas bacias de Santos e Campos. Os principais destaques, segundo ela, são os blocos C-M-657 e C-M-709 (Campos) e S-M-534 e S-M-645 (Santos).

Só nas áreas em águas ultraprofundas nas bacias de Santos e Campos, a ANP estima que haja um potencial para 18,3 bilhões de barris "in situ". Os recursos, "não riscados", representam uma estimativa preliminar do volume de óleo originalmente contido nos reservatórios, mas ainda não comprovado, e que não necessariamente significa que possa ser completamente recuperável.

Para efeitos de comparação, as áreas oferecidas em águas ultraprofundas na Bacia de Campos, na 14ª rodada, tinham potencial para 16 bilhões de barris "in situ" não riscados. Na ocasião, o governo arrecadou R\$ 3,8 bilhões com a licitação, dos quais R\$ 3,65 bilhões oriundos dos oito blocos da Bacia de Campos negociados.

A 14ª rodada negociou 37 das 287 concessões oferecidas ao mercado, com ágio médio de 1.556%, sustentado basicamente pelas altas ofertas apresentadas pelas áreas pelos ativos da Bacia de Campos. "É possível que haja mais concorrência na rodada 15 [do que na rodada 14]", afirmou a superintendente.

Eliane destacou o grande potencial das áreas oferecidas na 4ª rodada de partilha do pré-sal, marcada para 7 de junho. A expectativa, segundo ela, é que só a estrutura de Uirapuru (próxima do promissor prospecto de Carcará, na Bacia de Santos) tenha potencial para 8 bilhões de barris "in situ" não riscados, ou seja, quase metade do potencial de todas as cinco áreas a serem ofertadas na licitação. "Estamos trazendo áreas mais atrativas, muito promissoras", disse.

As demais áreas da 4ª rodada são: Saturno (2,8 bilhões de barris) e Três Marias (2 bilhões de barris), na Bacia de Santos, e Itaimbezinho (1,9 bilhão de barris) e Dois Irmãos (2,4 bilhões de barris), na Bacia de Campos.

As áreas ofertadas no leilão do pré-sal têm potencial para se conectar com alguns blocos oferecidos na 15ª rodada. "É possível que quem arrematar as áreas da 15ª rodada também apresente ofertas pelas áreas próximas, na 4ª rodada", afirmou Eliane.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras paga chineses

A Petrobras efetuou o pré-pagamento do saldo remanescente de um financiamento com o China Development Bank (CDB), no valor de US\$ 2,8 bilhões. Segundo a empresa, o empréstimo foi fechado em 2009 e as condições previam o pagamento ao longo dos próximos dois anos. No aviso ao mercado, a estatal informou também que, no dia 26, sacou US\$ 2 bilhões relativo a novo financiamento contratado com o CDB, no fim de 2017, no montante total de US\$ 5 bilhões. Um desembolso de US\$ 3 bilhões já havia sido comunicado em dezembro.

Vale e Samarco

A Vale, informou ontem seu presidente, Fabio Schvartsman, espera evoluir nas conversas com sua sócia anglo-australiana BHP sobre o futuro da Samarco. O objetivo é chegar a um acordo sobre a participação de cada uma na gestão futura da mineradora de ferro, localizada em Mariana (MG). As discussões levam em conta a retomada das operações da mina da empresa. A Samarco enfrenta problemas decorrentes do acidente de sua barragem de rejeitos, Fundão, em novembro de 2015. A tragédia levou à morte 19 pessoas e afetou comunidades, o rio Doce e o meio ambiente. Desde então, está com suas atividades paralisadas em Minas Gerais e no Espírito Santo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Guerra judicial amplia mercado secundário no setor elétrico**

O mercado à vista de energia, que todo mês faz o acerto entre devedores e credores na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), acumula uma inadimplência de R\$ 6 bilhões até novembro, último mês de liquidação. A explicação para essa inadimplência bilionária é a guerra de liminares do déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Os devedores, amparados pela Justiça, não pagam seus débitos na CCEE, porque entendem que parte da exposição do GSF não é de responsabilidade exclusiva deles. Sem muitas alternativas, os credores encontraram em um "mercado secundário" a saída para não quebrar.

As empresas que têm créditos a receber na CCEE estão vendendo os recebíveis a investidores que passaram a financiar o setor e assumiram os riscos do calote. Isso tem ajudado a evitar a quebra dessas empresas menores, com menor caixa disponível para fazer frente ao risco. Em contrapartida, os investidores estão exigindo descontos maiores em relação aos créditos adquiridos.

Por exemplo, se um credor tem R\$ 100 milhões a receber, pode vender por R\$ 90 milhões para outro investidor que seja agente registrado da CCEE. Isso é feito por meio de um contrato na própria câmara. O investidor passa, com isso, a ser o credor dos R\$ 100 milhões, com a expectativa de conseguir também algum tipo de juros e remuneração no recebimento, quando houver a normalização do mercado.

Segundo uma fonte, o desconto aplicado aos contratos de energia revendidos a outros agentes na CCEE chegou a uma faixa entre 12% e 13%, mas caiu recentemente, devido ao aumento da demanda por energia.

Quando há uma expectativa maior de que o governo vá conseguir derrubar as liminares - seja por meio de um acordo, ou pela via judicial -, a tendência é que o spread recue. O cenário é oposto quando aumenta a percepção de risco, e os agentes passam a exigir um desconto maior para ficar com os recebíveis.

Na última liquidação do mercado à vista de energia, feita no início de janeiro e referente a novembro, foram arrecadados R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 10 bilhões contabilizados, inadimplência de 75%. Do total não pago, R\$ 6 bilhões se referem às liminares do GSF. Como há também muitos credores com liminares garantindo a prioridade no recebimento dos créditos, aqueles desprotegidos receberam apenas 8% do que tinham direito.

A comercializadora do BTG Pactual é um destaque nesse cenário, ao ser atualmente credora de mais de R\$ 1,5 bilhão dos R\$ 6 bilhões protegidos por liminares, apurou o **Valor**. O banco tinha R\$ 1,750 bilhão a receber na liquidação de novembro, mas embolsou menos de R\$ 200 milhões, ficando ainda com R\$ 1,575 bilhão a receber.

A maior parte da posição do banco se deve à sua estratégia de comercialização de energia. No início do ano passado, o BTG Pactual já previa que, devido à hidrologia, os preços de energia no mercado à vista iriam subir consideravelmente no segundo semestre do ano, e montou uma posição compradora para esses meses.

O cenário se concretizou, os preços subiram, e a comercializadora do banco acabou tendo um faturamento elevado com a venda da energia. No entanto, como as comercializadoras de energia não têm liminar que garanta a prioridade no recebimento dos créditos, o BTG acabou recebendo apenas uma parcela do que teria direito.

Uma fatia menor desses créditos foi comprada de outros agentes também credores, que não queriam ou podiam assumir o risco de esperar a normalização do mercado de energia. Outros agentes, como grandes comercializadoras que, assim como o banco, têm posição de caixa robusta e conseguem aguardar a derrubada das liminares, também passaram a comprar créditos com desconto.

Essa prática sempre existiu no mercado à vista de energia, pelo fato de que as liquidações são feitas sempre dois meses depois da negociação em si. Como é um mercado de baixa liquidez, os credores que precisam dos recursos imediatamente acabam vendendo os créditos para outros. Os descontos, porém, foram crescendo junto com a guerra de liminares do GSF.

Aqueles que comprem os recebíveis com desconto, como é o caso do BTG, acabam agindo como agentes financiadores para outros menores, porque têm porte para aguentar a inadimplência das liminares por um período mais longo, na aposta de que, quando receberem, os valores serão ajustados por taxas de juros, além da recomposição da inflação.

Nos últimos anos, surgiram várias iniciativas que visavam desenvolver o mercado livre de energia, mas a baixa liquidez sempre foi um obstáculo. Segundo agentes ouvidos pelo **Valor**, também é necessária a criação de um ambiente mais robusto de garantias, com uma câmara de compensações ("clearing house") que consiga lidar com a grande volatilidade dos preços de energia.

A judicialização e o crescimento da inadimplência relacionada ao risco hidrológico são prejudiciais ao mercado de energia, por afastarem potenciais investidores. Ao mesmo tempo, porém, o cenário acabou ajudando a desenvolver o mercado à vista, uma vez que muitos agentes tomaram medidas para limitar as perdas e até mesmo desenvolveram estratégias para lucrar com essa volatilidade.

Além da venda dos créditos para outros investidores, há outras iniciativas que deixaram o mercado à vista de energia com mais cara de um "mercado financeiro". É o caso, por exemplo, de contratos semelhantes a derivativos, que são vendidos pelas comercializadoras aos seus clientes para protegê-los da volatilidade dos preços e da exposição ao risco hidrológico.

Enquanto não houver em ambiente mais seguro e com maior liquidez, porém, esse mercado terá um limitador. Até o momento, a maior parte dos contratos continuam sendo lastreados em contratos físicos de energia, sendo ainda registrados na CCEE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Nova taxa de remuneração sai até fim de fevereiro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve definir até o fim de fevereiro a nova taxa de remuneração (Wacc, na sigla em inglês) para o segmento de distribuição. Em reunião da diretoria, três distribuidoras que atendem os Estados do Nordeste tiveram aprovados os índices preliminares de revisão tarifária com base na taxa atual de 8,09%.

"O Wacc é uma das variáveis essenciais desses processos de revisão. A gente terminou, agora, há uma semana, de receber as contribuições do setor e está marcada para o dia 7 [de fevereiro] uma reunião técnica em que a relatoria do caso deve apresentar aos demais diretores a proposta de encaminhamento", disse o diretor da Aneel Tiago Correia, que é o relator da proposta de atualização do patamar de ganhos das concessionárias do segmento de distribuição.

Em novembro, a indicação da agência de que iria reduzir a taxa de remuneração atual para 7,71%, a ser aplicado entre 2018 a 2010, provocou forte reação negativa no mercado. Atualmente, o comando do órgão regulador já dá sinais de que, se houver queda, não será tão drástica.

Ontem, a diretoria da Aneel aprovou a previsão de aumento médio de 15,01% das tarifas da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) pela quarta revisão tarifária periódica. A companhia fornece energia elétrica para 5,9 milhões de unidades consumidoras do Estado.

Se o índice preliminar da distribuidora baiana for confirmado, os consumidores residenciais e de comércio de pequeno porte (baixa tensão) terão uma alta de 15,48% nas contas de luz. Já os consumidores industriais (alta tensão) vão ter um aumento de 13,88%.

A Companhia de Eletricidade do Rio Grande do Norte (Cosern) contou com indicação de alta de 14,88%, em média, nas tarifas também pelo processo de revisão tarifária periódica. A companhia fornece energia elétrica para 1,3 milhão de unidades consumidoras no Estado.

Com base na definição do índice preliminar para a Cosern, a Aneel estimou um aumento de 14,35% nas contas de luz para os clientes de baixa tensão. Já os consumidores da classe de alta tensão terão uma alta de 16,18%.

A diretoria da agência também indicou o aumento médio de 13,65% das tarifas da Energisa Sergipe (ESE). A companhia fornece energia elétrica para 748 mil unidades consumidoras em 63 municípios de Sergipe.

Se o índice preliminar for confirmado, os consumidores da classe de consumo da baixa tensão vão ter uma alta de 11,10% nas contas de luz. Já os clientes da alta tensão vão enfrentar um aumento de 18,21%.

A atualização do custo da energia nas contas de luz das três concessionárias deverá valer a partir de 22 de abril. Os índices preliminares passarão por audiências públicas que serão abertas ainda nesta semana e encerradas no início de março.

Os processos de revisão tarifária periódica são realizados a cada quatro ou cinco anos. Nele é analisada a estrutura de cálculo das tarifas das distribuidoras, não só a taxa de remuneração. A regulação prevê que na revisão haja a captura de ganhos comerciais das concessionárias para os consumidores, por meio de descontos tarifários. Também são definidos novos limites dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) para o ciclo de revisão que se inicia - neste caso, para o período de 2019 a 2023.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Cooperativas investem em geração distribuída**

O modelo de geração distribuída, no qual os consumidores geram sua própria energia enquanto permanecem conectados à rede, está atraindo cada vez mais cooperativas, dos mais variados setores, interessadas nas reduções de custo.

Até o fim do ano passado, foram implantadas 31 novas conexões de geração distribuída por cooperativas, segundo dados coletados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Com isso, já somam 56 unidades, com 5,5 megawatts-pico (MWp) de potência instalada, atendendo mais de 150 unidades consumidoras de energia.

A OCB estima que os projetos em operação resultem em uma economia de R\$ 7 milhões para os cooperados. Impulsionadas pela expectativa de reduzir custos, novas cooperativas devem aderir ao negócio. A organização estima o registro de 60 a 70 novas instalações neste ano.

"Hoje somos quase 7 mil cooperativas registradas na OCB. Esse é o universo que temos para explorar com conexões de geração distribuída. Não é uma meta, mas queremos que as cooperativas tenham isso como opção para melhorar a gestão do negócio e trazer benefícios aos cooperados", disse Marco Olívio Moratto Oliveira, analista técnico e econômico da OCB.

O número de conexões de micro e minigeração distribuída já ultrapassou as 20 mil instalações no país, somando uma potência instalada de 247, 3 MW, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na geração distribuída, quando a quantidade de energia gerada em um período for superior a consumida, ela é reinjetada na rede, e o consumidor fica com créditos que poderão ser utilizados para diminuir a fatura dos próximos meses. Essa é outra forma que os consumidores têm para economizar ao adotar o modelo.

No caso das cooperativas, existe a figura da "geração compartilhada". A energia gerada é compartilhada por todos os cooperados, que também dividem o investimento inicial na geração.

Segundo Oliveira, como as cooperativas compartilham estruturas e a gestão, o modelo da geração distribuída acaba ficando cada vez mais atrativo do ponto de vista econômico.

De todas as 56 cooperativas que já adotaram o modelo, mais de 90% utilizam sistemas solares fotovoltaicos, mas há outras fontes de energia também, como termelétricas a biogás e centrais hidrelétricas (CGHs).

Outra vantagem, segundo Oliveira, é que assim as unidades de consumo não "importam" energia gerada em outros lugares. "Você gera renda em um local próximo de onde está a comunidade, tem uma cadeia de suprimento que abastece isso", explicou o analista da OCB.

Santa Catarina é o Estado com maior número de cooperativas com geração distribuída, com 14 instalações, seguido pelo Rio Grande do Sul, que tem oito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério cai 1,8%

O minério de ferro caiu ontem no mercado à vista da China, em meio à pressão do dólar mais forte e altos estoques nos portos chineses. Os preços do produto com concentração de 62% em Qingdao fecharam a US\$ 72,97 a tonelada, queda de 1,8%, segundo a "Metal Bulletin". É o menor valor do insumo desde 29 de dezembro. Ainda assim no acumulado do ano a valorização é de 0,5%. Se terminar janeiro no azul, o minério terá o terceiro mês consecutivo de ganhos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Campo de Mero adiciona volume, mas reservas da Petrobras não sobem

Depois de dois anos seguidos de queda, as reservas provadas da Petrobras se mantiveram praticamente estáveis em 2017. Enquanto a declaração de comercialidade do campo de Mero (parte noroeste de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos, incorporou novos volumes às reservas da estatal, a produção de óleo e gás consumiu volumes recordes de barris das reservas.

A petroleira informa as reservas seguindo dois critérios diferentes. Pelas regras da ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/Sociedade dos Engenheiros de Petróleo, do inglês *Society of Petroleum Engineers*), a Petrobras registrou em 2017 uma queda de 0,8% nas reservas provadas, para 12,41 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE).

Já pelo critério do órgão regulador do mercado americano, a SEC (*Securities and Exchange Commission*), houve um alta de 0,8%, para 9,75 bilhões de BOE. Segundo a estatal, a principal diferença entre os critérios é o preço do petróleo considerado no cálculo da viabilidade econômica das reservas.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, lembra que, além do efeito positivo da declaração de comercialidade de Mero e do impacto negativo dos recordes de produção sobre o consumo das reservas, os números da Petrobras refletem também a ausência de leilões de áreas exploratórias entre 2008 e 2012. Associada às restrições na capacidade de investimentos da companhia nos últimos anos, a interrupção das rodadas da ANP também ajudou a reduzir o ritmo exploratório da empresa.

"Esse resultado [estável] já era esperado. Mas tenho certeza que a reserva vai crescer muito nos próximos anos", afirmou o diretor, em referência ao de blocos exploratórios arrematados pela companhia nos leilões do ano passado.

Para um analista de um grande banco de investimentos, o relatório de reservas da Petrobras não tem potencial para alterar o valor das ações da companhia. Segundo ele, o mercado não vê o volume de reservas como uma preocupação para a empresa, devido à quantidade de descobertas que a petroleira fez nos últimos anos.

O principal efeito positivo sobre as reservas foi a declaração de comercialidade (quando uma descoberta tem a viabilidade econômica confirmada) do campo de Mero. A parte noroeste de Libra foi a maior descoberta incorporada às reservas da companhia desde 2014, quando a empresa declarou a comercialidade das áreas de Iara e Entorno de Iara, e apropriou um volume de 1,091 bilhão de BOE ao seu portfólio.

Mero tem um volume recuperável total estimado de 3,3 bilhões de barris de óleo - dos quais 1,32 bilhão de barris correspondem à fatia de 40% da companhia no projeto. No balanço das reservas provadas de 2017, a Petrobras contabilizou 821 milhões de BOE de óleo e gás em apropriações de reservas, segundo o critério ANP/SPE. Pelo critério da SEC, as apropriações contabilizaram 1 bilhão de BOE.

Para efeitos de comparação, em 2016, a companhia incorporou, às suas reservas, 110 milhões de BOE (pelo critério ANP/SPE) e 103 milhões de BOE (SEC).

Independente do critério utilizado nos cálculos, os números mostram, contudo, que Mero não foi suficiente para trazer ganhos substanciais às reservas

provadas da companhia. Isso porque os recordes de produção da estatal, no ano passado, consumiram 920 milhões de BOE.

Em 2017, não houve redução de reservas devido a desinvestimentos. Segundo a estatal, as perdas decorrentes da venda de 35% de Lapa e de 22,5% de Iara para a Total só serão contabilizadas em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Crédito da Petrobras

A Petrobras prepara a contratação de uma linha de crédito em dólar no valor de US\$ 3 bilhões, de acordo com uma fonte que preferiu não ser identificada. A operação será de cinco anos e na modalidade RCF ("revolver credit facility", no termo em inglês), que funciona como uma espécie de cheque especial para a companhia, que poderá acessar os recursos quando achar necessário. Estão na operação BNP Paribas, Credit Agricole, Citi e Mizuho. Posteriormente, esses bancos poderão dividir o risco com outras instituições financeiras. **(Daniela Meibak)**

MME / ASCOM .